



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**
Edital Nº01/2013 - CGE/SEPLAG

**PROVAS DE CONHECIMENTOS GERAIS E
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE
AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

Duração da Prova: 4 horas e 30 minutos
Início: 9h00min - Término: 13h30min

Após receber o seu **cartão-resposta**, copie nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a seguinte frase:

O real conhecimento é obra do tempo.

ATENÇÃO!

Marque no local apropriado do seu CARTÃO-RESPOSTA o número 4 que o número do gabarito deste caderno de provas e que também se encontra no rodapé de cada página.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA ENCONTRAM-SE NA FOLHA DE INSTRUÇÕES QUE VOCÊ RECEBEU AO INGRESSAR NA SALA DE PROVA.

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

- Esta Prova, comum a todas as áreas de conhecimentos deste Certame, é composta de 60 (sessenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Língua Portuguesa** (15 questões: **01-15**);
 - Conhecimento Lógico, Quantitativo e Analítico** (05 questões: **16-20**);
 - Direito Constitucional** (05 questões: **21-25**);
 - Direito Administrativo** (05 questões: **26-30**);
 - Administração e Políticas Públicas** (05 questões: **31-35**);
 - Direito Financeiro** (05 questões: **36-40**);
 - Auditoria Governamental de Processos com Foco em Riscos** (10 questões: **41-50**);
 - Administração Financeira e Orçamentária** (10 questões: **51-60**).

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- Esta Prova, específica da área de Auditoria Governamental, é composta de 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas, assim distribuídas:
 - Contabilidade Geral** (10 questões: **61-70**);
 - Contabilidade Pública** (10 questões: **71-80**);
 - Finanças Públicas** (10 questões: **81-90**);
 - Administração Pública** (10 questões: **91-100**).

ATENÇÃO!

- Verifique se o seu caderno de provas está completo e legível. Caso observe qualquer imperfeição, comunique, **IMEDIATAMENTE**, ao fiscal de sala.
- **O CARTÃO-RESPOSTA que não contiver a marcação do número do gabarito NÃO SERÁ CORRIGIDO e o candidato será eliminado deste Concurso.**

PROVA 1

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto – Por que compramos por impulso

01 Quem não adora fazer uma comprinha
02 para quebrar a rotina e se sentir mais feliz?
03 Consumir é um ato de prazer. Porém muitos
04 pagam um alto preço pelo consumo por
05 impulso. Não raro, guarda-roupas estocam
06 roupas e sapatos sem uso, estantes acumulam
07 livros não lidos e filmes não assistidos e
08 alimentos com data de validade vencida. Férias,
09 eletrônicos, automóveis e outros itens de
10 padrão superior ao que cabe no bolso das
11 famílias as fazem acumular dívidas. **São**
12 **exemplos de dinheiro desperdiçado que**
13 **diminuem o poder de compra.**

14 É possível driblar essa impulsividade se
15 você estiver consciente sobre os dois principais
16 motivos que nos levam a perder o controle: o
17 represamento de vontade e a falta de objetivos
18 claros.

19 O represamento de vontade ocorre
20 **quando alguém** não prioriza, em seu
21 orçamento, dinheiro para itens importantes em
22 **sua** qualidade de vida e realização pessoal,
23 **como** estar na moda ou sair com amigos. Sem
24 estabelecer prioridade, destina-se uma verba
25 maior para itens menos recompensadores,
26 **como** a moradia, o carro e a escola das
27 crianças. Adota-se um estilo de vida que limita
28 a aquisição **do** que traria prazer.

29 A vontade vai ficando represada,
30 incentivando **nosso cérebro** a defender-se da
31 escassez. Depois de certo tempo, qualquer
32 oportunidade de consumo se torna uma escolha
33 impulsiva. É nosso cérebro pedindo para tirar o
34 atraso e também para adiantar o consumo,
35 como forma de se prevenir contra a falta. A
36 solução? **Ir mais vezes às compras, destinar**
37 **recursos ao consumo regular do que é**
38 **importante e diminuir a verba para outros**
39 **itens.**

40 Ter objetivos é **outra forma** de conter
41 a impulsividade. Por não tirar um tempo para
42 organizar **suas** vidas e fazer planos, **muitos** se
43 frustram e não entendem exatamente por **quê**.
44 Para quem não consegue obter realização
45 cotidiana por outros meios, o prazer das
46 compras é uma válvula de escape.

47 **Quanto menos felizes com a vida,**
48 **mais carentes e propensos a ceder aos**
49 **estímulos de marketing ficaremos.** Quando
50 uma mulher sai de uma loja com cinco pares de
51 sapatos, pode ser que a necessidade não sejam
52 os sapatos, mas o prazer de se ver bela, bem

53 atendida e cuidando de si. Não precisava de
54 sapatos, mas sim da compra. Se tivesse algum
55 grande motivo para dizer não a um instante de
56 prazer, provavelmente agiria menos por
57 impulso. Quem está poupando para as férias
58 dos sonhos terá o mesmo apetite diante de
59 uma vitrine? Provavelmente, não.

60 Antes de culpar seu parceiro ou seus
61 filhos pela propensão a comprar supérfluos, que
62 tal conversarem sobre sonhos? Façam planos,
63 corram atrás deles. **Curtam mais a vida**, para
64 que o prazer das compras **fique** pequeno
65 diante do resto.

(*Época*. 29 out. 2012. N. 754, p. 116)

01. O texto tem a seguinte estrutura:

- A) apresentação de um ponto de vista e utilização de seis argumentos principais.
- B) introdução do assunto e utilização de seis argumentos principais.
- C) introdução do assunto e utilização de oito argumentos principais.
- D) apresentação de um ponto de vista e utilização de dois argumentos principais.

02. Na passagem "**São exemplos de dinheiro desperdiçado que diminuem o poder de compra**", linhas 11-13, o elemento de coesão "**que**" está empregado como

- A) pronome relativo.
- B) conjunção coordenativa.
- C) conjunção integrante.
- D) pronome indefinido.

03. Funciona como elemento de coesão entre parágrafos a expressão

- A) "**quando**", linha 20.
- B) "**mais**", linha 48.
- C) "**nosso cérebro**", linha 30.
- D) "**outra forma**", linha 40.

04. Sobre os termos "**como**", linha 23, e "**como**", linha 26, é correto afirmar-se que

- A) o primeiro revela ideia de comparação, e o segundo revela ideia de exemplificação.
- B) ambos revelam ideia de exemplificação.
- C) ambos revelam ideia de comparação.
- D) o primeiro revela ideia de exemplificação, e o segundo revela ideia de comparação.

05. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O pronome “**sua**”, linha 22, se refere ao termo “**alguém**”, linha 20.
- II. O pronome “**suas**”, linha 42, se refere ao termo “**muitos**”, linha 42.

É correto afirmar-se que

- A) somente II é verdadeira.
- B) I e II são falsas.
- C) I e II são verdadeiras.
- D) somente I é verdadeira.

06. A expressão “**do**”, linha 28, corresponde ao sentido de

- A) de alguém.
- B) daquilo.
- C) dela.
- D) dele.

07. Na passagem “**Ir mais vezes às compras, destinar recursos ao consumo regular do que é importante e diminuir a verba para outros itens**”, linhas 36-39, há relações oracionais

- A) por coordenação e por subordinação.
- B) somente por coordenação.
- C) somente por subordinação, com a presença de elemento de coesão.
- D) somente por subordinação, sem a presença de elemento de coesão.

08. O “**quê**” da linha 43 está acentuado,

- A) porque introduz uma pergunta.
- B) porque está no final da frase.
- C) por tratar-se de um pronome relativo.
- D) por tratar-se de um monossílabo tônico.

09. A passagem “**Quanto menos felizes com a vida, mais carentes e propensos a ceder aos estímulos de marketing ficaremos**”, linhas 47-49, estabelece relação de

- A) proporção.
- B) concessão.
- C) condição.
- D) finalidade.

10. O verbo da frase “**Curtam mais a vida**”, linha 63, na segunda pessoa do singular, no mesmo modo imperativo, fica

- A) curta mais a vida.
- B) curtes mais a vida.
- C) curtas mais a vida.
- D) curte mais a vida.

11. A forma verbal “**fique**”, linha 64, está empregada no

- A) futuro de presente.
- B) presente do indicativo.
- C) presente do subjuntivo.
- D) imperativo afirmativo.

12. Estão grafadas corretamente as palavras destacadas das frases em

- A) Vamos **adivinhar** tudo. – Chegaremos a um **concenso**.
- B) Não vamos agir com **rijidez**. – Não vamos agir com **rigeza**.
- C) O consumidor quer **extravazar**. – As notícias não irão **vazar**.
- D) Não vamos **hesitar** na hora das compras. – A criança está com **teimosice**.

13. O sinal indicativo de crase está corretamente empregado nas duas ocorrências da frase

- A) A filha, **à** qual o pai encontrou na loja, saiu **à** cantar.
- B) O consumo pertence **à** ela e **àquelas** suas amigas.
- C) A mãe, **à** qual o marido aludiu, foi **àquela** reunião.
- D) O filho se refere **à** mães dedicadas e **à** outra avó.

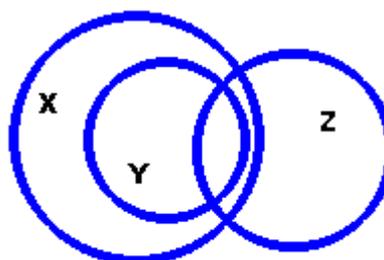
14. Está certa a concordância verbal na frase

- A) Tratam-se dos detalhes da alta dos preços.
- B) Examinaram-se todos os detalhes da alta dos preços.
- C) No relógio da cozinha, bateram uma hora e cinquenta minutos.
- D) Verificaram-se que os preços foram tabelados.

15. A colocação do pronome átomo está correta na frase

- A) Os consumidores conheceram o lugar onde se prepararão.
- B) Esperamos que preparem-se os consumidores.
- C) Os consumidores haviam preparado-se para a alta dos preços.
- D) Prepararemos-nos para a alta dos preços.

18. Após a análise do resultado de uma pesquisa sobre a preferência dos leitores com relação aos jornais X, Y e Z, construiu-se o diagrama da figura a seguir, em que cada circunferência representa o jornal indicado e seu interior corresponde às pessoas que leem o referido jornal.



Do diagrama é possível concluir corretamente que

- A) todos os entrevistados leem os três jornais.
- B) quem lê o jornal X também lê o jornal Y.
- C) algumas pessoas leem os três jornais.
- D) algumas pessoas entrevistadas não leem jornal.

19. Na figura abaixo, temos oito cartelas coladas duas a duas. Com os algarismos 0, 1, 2, 2, 3, 3, 7, 8 e 9, é possível preencher as cartelas, formando uma sequência de quatro dezenas consecutivas e sobrando apenas um dos algarismos.



O algarismo não utilizado será o

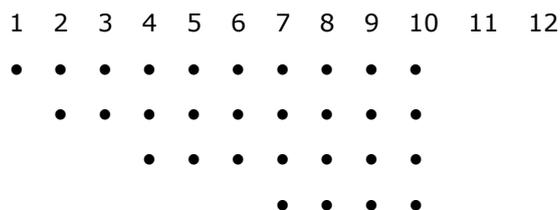
- A) 3.
- B) 0.
- C) 7.
- D) 9.

20. Os três pontos O, P e Q são marcados sobre uma folha de papel, de tal forma que OP e OQ medem, respectivamente, 3 cm e 4 cm. Nestas condições, a maior e a menor distância possíveis entre P e Q são, respectivamente,

- A) 5 cm e 1 cm.
- B) 7 cm e 2 cm.
- C) 5 cm e 2 cm.
- D) 7 cm e 1 cm.

**CONHECIMENTO LÓGICO,
 QUANTITATIVO E ANALÍTICO**

16. Na figura a seguir, as bolinhas pretas foram colocadas nas colunas seguindo certo padrão: na coluna 1, foi colocada uma bolinha; nas colunas 2 e 3, foram colocadas duas bolinhas em cada; nas colunas 4, 5 e 6, foram colocadas três bolinhas em cada; nas colunas 7, 8, 9 e 10, foram colocadas quatro bolinhas em cada.



Seguindo o padrão acima descrito, quando forem colocadas as bolinhas das colunas 11 e 12, teremos na figura um total de quantas bolinhas?

- A) 45.
- B) 40.
- C) 35.
- D) 38.

17. A negação de "Se João come massa, então ele toma vinho" é

- A) João come massa e toma vinho.
- B) João não come massa e toma vinho.
- C) João come massa e não toma vinho.
- D) João não come massa e não toma vinho.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A respeito das responsabilidades do Presidente da República, marque a afirmação correta.

- A) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão, salvo no caso de crime inafiançável e em flagrante delito.
- B) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a legislação tributária, previdenciária e financeira.
- C) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados, mediante prévia admissão da acusação pelo Senado Federal.
- D) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

22. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito. Considerando as competências e as relações entre os entes da federação assim constituída, marque a afirmação verdadeira.

- A) A competência concorrente de que desfrutam União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios autoriza aos entes periféricos exercerem competência plena diante da omissão federal.
- B) Os Municípios regem-se por Lei Orgânica, votada em turno único na respectiva Câmara Municipal, que possui natureza de lei complementar à Constituição Estadual.
- C) No âmbito estadual, há manifestação do poder constituinte derivado decorrente para edição da respectiva Constituição, que regerá o Estado-membro juntamente com as leis que adotar.
- D) A União Federal possui competência residual para disciplinar matéria que a Constituição Federal não tenha atribuído expressamente aos Estados-membros ou aos Municípios.

23. Sobre as normas constitucionais, é correto afirmar-se que

- A) as de princípios programáticos são espécie de normas de eficácia limitada que traçam esquemas gerais de órgãos, instituições e entidades.
- B) as que disciplinam os direitos fundamentais podem ser de eficácia plena ou limitada, jamais contida.
- C) as conhecidas como de eficácia contida caracterizam-se por terem condições de produzir efeitos imediatos, podendo, porém, lei posterior reduzir sua abrangência.
- D) as de eficácia limitada dependem de regulamentação por lei, não podendo, até a superveniência desta, irradiar qualquer efeito, ainda que na qualidade de vetor hermenêutico para interpretação de outras normas.

24. As comissões parlamentares de inquérito

- A) são constituídas por requerimento de 1/3 dos membros da respectiva Casa, desde que aprovada por maioria simples do plenário.
- B) terão suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Poder Judiciário, por sua instância competente, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.
- C) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo operar a quebra de sigilo de dados bancários e realizar interceptações telefônicas.
- D) apuram fato determinado por prazo certo, que poderá ser prorrogado, respeitado o limite da legislação.

25. No processo legislativo de elaboração de normas,

- A) o veto pode ser expresso ou tácito, enquanto a sanção será sempre expressa e fundamentada.
- B) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, podem propor emenda à Constituição Federal.
- C) são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo as leis que disponham sobre matéria tributária.
- D) o vício de iniciativa, no tocante à matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, pode ser convalidado pela sanção.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Acerca dos agentes públicos, assinale a afirmação correta.

- A) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado os casos expressamente previstos em lei em atenção à relevância do cargo respectivo.
- B) Os cargos em comissão estão reservados a atribuições de direção, chefia e assessoramento, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, sendo naturalizados e estrangeiros dependentes de expressa permissão na lei de regência do cargo.
- D) Os empregados públicos, por não ocuparem cargo efetivo e se submeterem ao regime celetista em que não há estabilidade, não necessitam, na contratação, de aprovação em concurso público.

27. No que concerne à organização da administração pública, assinale a afirmação correta.

- A) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- B) A desconcentração administrativa caracteriza-se pela distribuição de competências para entidades da administração indireta, por outorga ou delegação.
- C) As sociedades de economia mista distinguem-se das empresas públicas porque estas se organizam, necessariamente, sob a forma de sociedade anônima, com o capital inteiramente público, embora ambas exerçam atividade econômica.
- D) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, por concentrarem feixes de competência necessários para o funcionamento da Administração Pública, exercidos pelo regime integralmente de direito público.

28. É uma hipótese em que se verifica a inexigibilidade de licitação, segundo as prescrições da Lei 8.666/93, a contratação

- A) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- B) voltada às compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.
- C) realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- D) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

29. No que diz respeito a contratos administrativos, assinale a afirmação correta.

- A) O contrato administrativo caracteriza-se, dentre outros fatores, pela existência de cláusulas exorbitantes, como a possibilidade de revogação unilateral pela Administração, fiscalização e aplicação de penalidades.
- B) Diferenciam-se dos contratos de direito privado por terem forma livre, desde que a forma adotada permita a identificação das obrigações pertinentes a cada uma das partes envolvidas.
- C) Como de todo e qualquer contrato, observam a cláusula *rebus sic stantibus*, segundo a qual as obrigações devem ser cumpridas na estrita forma que foram pactuadas inicialmente.
- D) É cláusula exorbitante e implícita de todo contrato administrativo a exceção de contrato não cumprido, segundo a qual o poder público não poderá exigir a prestação do particular se não tiver adimplido a sua própria obrigação.

30. O ato administrativo praticado pela Administração Pública

- A) equivale ao ato da administração, porquanto ambos estão sujeitos ao regime jurídico administrativo, caracterizado por regras e princípios de direito público.
- B) pode ser extinto por contraposição, que ocorre com a expedição de um ato administrativo posterior, fundado em competência diversa, cujos efeitos lhes são contrários.
- C) que padece de vício de finalidade poderá ser convalidado mediante saneamento praticado pelo particular interessado no respectivo ato.
- D) desfruta de presunção de legitimidade, fazendo, por esse motivo, surgir unilateralmente obrigações para os particulares, independentemente de sua vontade.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

31. Considere a seguinte afirmação: “O acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção”. Este princípio é regulado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que proporciona ao governo brasileiro um importante passo na trajetória da transparência pública. Com relação a essa lei, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () São estabelecidos prazos para que sejam repassadas as informações ao solicitante, pois a resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 25 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- () O serviço de busca e fornecimento das informações é gratuito, salvo cópias de documentos.
- () Nos casos em que a informação estiver sob algum tipo de sigilo previsto em lei, é direito do requerente obter o inteiro teor da negativa de acesso.
- () Quando a informação for parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso, por meio de certidão, extrato ou cópia, com a ocultação da parte sob sigilo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, F, F, V.
- B) F, F, V, F.
- C) F, V, V, V.
- D) V, V, F, F.

32. A Lei Federal nº 12.527/2011 prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. No que tange às novas regras referentes à classificação da informação, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A informação classificada como ultrassecreta tem um prazo de sigredo de 25 anos, sendo renovável por mais duas vezes.
- II. A informação classificada como secreta tem um prazo de sigredo de 15 anos.
- III. A informação classificada como secreta tem um prazo de sigredo de 10 anos.

É correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) II.
- D) I.

33. Considere a seguinte afirmação: A Lei nº 4.320/64 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante controles externo e interno, respectivamente. Sobre Controle Externo e Controle Interno, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O controle externo é assim definido por ser exercido pelo próprio ente, Poder, administrando a aplicação de recursos sob sua responsabilidade.
- () O controle interno, dentre outras finalidades, apoia o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- () No controle interno sua fiscalização será realizada previamente, concomitantemente e subsequentemente à expedição dos atos administrativos.
- () O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades dentro da administração pública.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, V, F, F.
- B) F, V, V, V.
- C) F, F, V, F.
- D) V, F, F, V.

34. É função do Orçamento Público

- A) orientar a elaboração dos planos plurianuais.
- B) elaborar os programas e ações governamentais.
- C) orientar a elaboração das diretrizes orçamentárias.
- D) estimar as receitas e fixar as despesas para o exercício, compreendendo o orçamento fiscal, da seguridade social e o de investimentos.

35. Com relação ao Planejamento da Administração Pública, correlacione os itens da coluna I aos listados na coluna II, numerando corretamente a coluna II de acordo com a I.

COLUNA I		COLUNA II
1. Instrumentos de Planejamento	()	Programas do governo
2. Plano Plurianual	()	Fiscal, Investimentos e Seguridade Social
3. Orçamento Público	()	Critérios para a política de pessoal
4. Lei de Diretrizes Orçamentárias	()	Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 2, 3, 4, 1.
- B) 1, 2, 3, 4.
- C) 2, 4, 3, 1.
- D) 2, 3, 1, 4.

DIREITO FINANCEIRO

36. A Lei nº 4.320/64 classifica como despesa de custeio as relacionadas a:

- A) pessoal civil, pessoal militar e material de consumo.
- B) serviços de terceiros, encargos diversos e obras públicas.
- C) material de consumo, pensionistas e material permanente.
- D) pessoal civil, subvenções econômicas e equipamentos e instalações.

37. Acerca dos princípios orçamentários, assinale a afirmação correta.

- A) O princípio da legalidade impõe que todas as despesas públicas tenham previsão nas respectivas leis orçamentárias, que têm natureza de lei complementar.
- B) Pelo princípio da não-afetação, as receitas públicas de tributos, seja qual for sua espécie, não podem ser vinculadas a uma despesa específica, órgão ou fundo.
- C) Pelo princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem, necessariamente, constar no orçamento anual, com exceção de tributos que venham a ser validamente criados e cobrados durante o exercício financeiro.
- D) O princípio da anualidade determina que as receitas públicas somente poderão ser exigidas após um ano da edição na lei orçamentária anual, o mesmo se dando com as despesas, que só poderão ser executadas após esse prazo.

38. Segundo as disposições da Constituição Federal acerca da atividade financeira do Estado,

- A) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual são votados pelo poder legislativo como leis ordinárias, não necessitando da sanção do Chefe do Executivo, em todos os níveis federativos, tanto federal quanto estadual e municipal.
- B) o plano plurianual, entre outras matérias, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- C) a lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) os poderes legislativo, executivo e judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

39. As receitas públicas

- A) por mutações patrimoniais são as que contribuem para o aumento do saldo patrimonial, inserindo-se no conceito de fatos contábeis modificativos aumentativos, como é exemplo o recebimento de transferência de capital.
- B) extraorçamentárias compreendem os ingressos financeiros ou créditos de terceiros que não integram o orçamento público e que constituirão compromissos exigíveis do ente como simples depositário ou como agente passivo da obrigação, cujo pagamento independe de autorização legislativa.
- C) de capital são as receitas de impostos, contribuições, taxas, patrimoniais, de origem industrial ou agropecuária, de serviços e outras, bem como as que provierem de recursos financeiros recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, quando destinadas a atender despesas diversas.
- D) correntes são as provenientes da realização de recursos financeiros decorrentes de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direito, de recursos recebidos de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, voltadas a despesas exclusivas.

40. Acerca dos tribunais de contas, marque a opção correta.

- A) Integram o Poder Judiciário da União ou dos Estados-membros, conforme for o caso, tendo suas decisões força executiva a ser realizada por processo na instância que a expediu.
- B) Os tribunais de contas dos Estados-membros exercem o controle sobre a atividade financeira do respectivo Estado-membro e dos Municípios existentes em seu território, sendo proibida a criação de tribunal de contas, como órgão estadual, específico para os Municípios.
- C) É vedada a criação de tribunal de contas municipais, enquanto órgão da estrutura local, sendo ressalvados os já existentes por ocasião da edição de Constituição Federal de 1988.
- D) Em atenção ao princípio da autonomia federativa, não pode o Tribunal de Contas da União realizar fiscalizações sobre despesas públicas estaduais ou municipais, ainda que envolvam verbas federais.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS

41. A auditoria que consiste em avaliar as ações gerenciais das unidades da administração pública, programas, projetos e atividades, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, da eficácia e da economicidade denomina-se auditoria

- A) operacional.
- B) patrimonial.
- C) contábil.
- D) conformidade.

42. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a um objetivo do controle interno, de acordo com o COSO.

- A) Conformidade com as normas e legislação.
- B) Tempestividade, veracidade e fidedignidade das demonstrações contábeis.
- C) Eficácia, eficiência e economicidade das operações.
- D) Julgamento das prestações de contas dos gestores públicos.

43. A forma de execução da auditoria está relacionada com quem está executando os trabalhos e não com o órgão ou entidade onde a auditoria está sendo realizada. Assim, as auditorias executadas de forma direta subdividem-se em centralizada, descentralizada e

- A) compartilhada.
- B) terceirizada.
- C) integrada.
- D) simplificada.

44. Com o objetivo de estruturar um controle eficaz sobre os riscos potenciais, quanto ao momento, as ações de controle são divididas em

- A) fiscalizadora, detectiva, e corretiva.
- B) a priori, concomitante e a posteriori.
- C) corretiva, fiscalizadora e punitiva.
- D) detectiva, concomitante e punitiva.

45. O risco de perda resultante da inobservância de dispositivos legais ou regulamentos, da mudança da legislação ou de alterações na jurisprudência aplicáveis às transações da instituição denomina-se risco

- A) de conformidade.
- B) creditício.
- C) operacional.
- D) de auditoria.

46. Um dos objetivos gerais das normas de auditoria governamental é

- A) uniformizar os processos de controle externo.
- B) orientar os dirigentes públicos quanto aos princípios e às normas de controle interno.
- C) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais.
- D) servir de base para a avaliação dos trabalhos de auditoria interna.

47. As informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões em que se baseia a sua opinião denominam-se

- A) eventos.
- B) suficiência.
- C) evidências.
- D) premissas.

48. A entidade, sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos resultados e relatórios financeiros, por meio da ética, da efetividade dos controles internos e da governança corporativa é denominada

- A) Organização Latino-Americana de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS.
- B) Committee of Sponsoring Organizations – COSO.
- C) Enterprise Risk Management – ERM.
- D) Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI.

49. Divide-se o controle interno em

- A) administrativo e fiscal.
- B) operacional e patrimonial.
- C) contábil e administrativo.
- D) financeiro e contábil.

50. A Declaração de Lima é um documento emitido pela INTOSAI, que tem por finalidade

- A) criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos do Poder Público.
- B) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações governamentais, bem como a adequação dos mecanismos de controle social.
- C) dar um direcionamento técnico para todas as Entidades de Fiscalização Superior, a fim de que os procedimentos utilizados na execução de auditorias respeitem uma homogeneidade em nível internacional.
- D) orientar subsidiariamente os dirigentes das entidades públicas quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

51. O empenho é o instrumento de que se serve a Administração Pública para controlar a execução do orçamento. É através dele que o Poder Legislativo se certifica de que os créditos concedidos ao Executivo estão sendo obedecidos. Sobre o tema, a Lei Federal nº 4.320/64 diz que

- A) em casos de despesas contratuais, sujeitas a parcelamento, o empenho deverá ser global.
- B) as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, serão inscritas em restos a pagar, distinguindo-se os liquidados dos não liquidados.
- C) é vedada a realização de despesa sem prévio empenho, ressalvados os casos previstos em lei.
- D) em casos especiais, previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.

52. Por determinação constitucional, o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o

- A) relatório resumido da execução orçamentária.
- B) demonstrativo de metas e riscos fiscais.
- C) demonstrativo regionalizado de receitas e despesas.
- D) relatório de gestão fiscal.

53. No Brasil, durante a Primeira República, a lei de orçamento continha matérias estranhas, rotuladas de “caudas orçamentárias”, o que levou Rui Barbosa a chamar esses orçamentos de “rabilongos”. O princípio orçamentário que surgiu com o objetivo de impedir que as leis orçamentárias fossem utilizadas como meio de aprovação de matérias que nada tinham que ver com questões financeiras foi o Princípio da

- A) Discriminação.
- B) Universalidade.
- C) Especialização.
- D) Exclusividade.

54. A evolução conceitual do orçamento público demonstra a existência das seguintes fases:

- A) orçamento tradicional e orçamento moderno.
- B) orçamento de desempenho e orçamento por realizações.
- C) orçamento econômico e orçamento fiscal.
- D) orçamento-programa e orçamento-programático.

55. Segundo a Constituição Federal, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **NÃO** se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos

- A) adicionais e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.
- B) suplementares e especiais, bem como a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- C) especiais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- D) suplementares e contratação de operações de crédito, mesmo que por antecipação de receita.

56. Os instrumentos de planejamento orçamentário, previstos no texto constitucional, que têm a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional são

- A) o orçamento anual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- B) o orçamento-programa e o plano plurianual.
- C) o orçamento fiscal e o de investimento das empresas estatais.
- D) o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento das estatais.

57. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita

- A) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil do exercício financeiro em que for realizada.
- B) só pode ser realizada a partir do segundo ano de mandato e não poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito Municipal.
- C) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- D) não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, facultativamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira.

58. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000:

- A) os planos, os programas governamentais, os orçamentos tradicionais, as leis de diretrizes orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- B) as leis orçamentárias, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e as prestações de contas, com os respectivos pareceres prévios, emitidos pelo Tribunal de Contas competente.
- C) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os quadros de Recursos e de Aplicação de Capital previstos na Lei 4.320/64.
- D) as leis orçamentárias, os relatórios fiscais e os orçamentos plurianuais de investimentos previstos na Lei 4.320/64.

59. O instrumento de planejamento orçamentário que deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como sobre os critérios e a forma de limitação de empenho é o (a)

- A) Plano Plurianual.
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) Lei Orçamentária Anual.
- D) Orçamento-programa.

60. Em sua obra, "Teoria das Finanças Públicas", Richard Musgrave propôs uma classificação das funções econômicas do Estado, que se tornaram clássicas no gênero. A função econômica que **NÃO** está inserida na classificação proposta pelo autor é a função

- A) fiscalizadora.
- B) alocativa.
- C) distributiva.
- D) estabilizadora.

PROVA 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

61. Acerca dos Princípios de Contabilidade, previstos na Resolução CFC nº 750/93, assinale a **ÚNICA** afirmação que está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes.

- A) Segundo o Princípio da Entidade, a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova Entidade de natureza econômico-contábil.
- B) A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
- C) Na aplicação dos Princípios de Contabilidade, os aspectos formais das situações concretas devem prevalecer sobre a essência das transações.
- D) O Princípio da Competência pressupõe a necessidade de confrontação das receitas, independentemente da existência de despesas correlatas.

62. Por determinação superior, o contador de uma sociedade empresária contabilizou como despesas da sociedade o aluguel do imóvel destinado à moradia do sócio-administrador. Tal fato caracteriza violação ao princípio contábil da

- A) competência.
- B) prudência.
- C) entidade.
- D) oportunidade.

63. Da contabilidade de uma entidade privada, foram extraídas as seguintes informações:

- Prestou serviços em 2012 e recebeu em 2012 R\$ 200,00;
- Prestou serviços em 2012, mas só recebeu em 2013 R\$ 250,00;
- Recebeu em 2012, mas só prestou os serviços em 2013 R\$ 300,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2012, paga em 2012 R\$ 100,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2012, paga em 2013 R\$ 150,00;
- Despesa (realizada, incorrida etc.) em 2013, paga em 2012 R\$ 250,00.

Em vista disso, pode-se afirmar corretamente que o lucro em 2012, pelo regime de competência, foi de

- A) R\$ 100,00.
- B) R\$ 250,00.
- C) R\$ 150,00.
- D) R\$ 200,00.

Com base no Balanço Patrimonial abaixo, responda as questões 64 e 65 a seguir.

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e Bancos	150,00	Fornecedores	200,00
Estoque de mercadorias	250,00	Capital Social	300,00
Móveis e utensílios	500,00	Lucros Acumulados	400,00
TOTAL	900,00	TOTAL	900,00

64. O capital próprio e o capital de terceiros são, respectivamente,

- A) R\$ 300,00 e R\$ 500,00.
- B) R\$ 800,00 e R\$ 150,00.
- C) R\$ 400,00 e R\$ 250,00.
- D) R\$ 700,00 e R\$ 200,00.

65. O patrimônio bruto e o capital de giro são, respectivamente,

- A) R\$ 900,00 e R\$ 400,00.
- B) R\$ 300,00 e R\$ 900,00.
- C) R\$ 400,00 e R\$ 700,00.
- D) R\$ 700,00 e R\$ 500,00.

66. Ao elaborar a demonstração de resultado do exercício social findo em 31/12/2012, o contador de uma entidade privada percebeu que as despesas de salários do mês de dezembro de 2012 só foram contabilizadas em janeiro de 2013. Tal fato gerou

- A) diminuição indevida da receita de 2012.
- B) aumento indevido da despesa de 2013.
- C) aumento indevido do lucro de 2013.
- D) diminuição indevida do lucro de 2012.

67. Analisando-se a demonstração de resultado de exercício de uma entidade mercantil, pode-se afirmar corretamente que

- A) a receita líquida é obtida pela diferença entre a receita bruta e o custo das mercadorias vendidas.
- B) o lucro bruto é obtido pela diferença entre a receita bruta e as despesas operacionais.
- C) a receita líquida é obtida pela diferença entre a receita bruta e as despesas operacionais.
- D) o lucro bruto é obtido pela diferença entre a receita líquida e o custo das mercadorias vendidas.

68. Acerca do Livro Diário e do Livro Razão, é correto afirmar-se que

- A) quando o Livro Diário e o Livro Razão forem gerados por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deve ser adotado o registro "Balancetes Diários e Balanços".
- B) o contador é o responsável pelo registro público desses livros contábeis em órgão competente e por averbações exigidas pela legislação de recuperação judicial, sendo atribuição do dirigente da entidade a comunicação formal dessas exigências à entidade.
- C) no Livro Razão, devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.
- D) no caso de escrituração contábil em forma digital, se o arquivo magnético for autenticado pelo registro público competente, fica dispensada sua manutenção pela entidade.

69. Se sua empresa comprar uma caneta por R\$ 1,20 e, em seguida, comprar outra caneta (de mesma marca e cor) por R\$ 1,40 e, posteriormente, vender uma das canetas por R\$ 3,00, seu lucro bruto será de

- A) R\$ 1,50, se seu estoque for avaliado pelo método do Preço Específico.
- B) R\$ 1,80, se seu estoque for avaliado pelo método UEPS (as últimas a entrar são as primeiras a sair).
- C) R\$ 1,60, se seu estoque for avaliado pelo método PEPS (as primeiras a entrar são as primeiras a sair).
- D) R\$ 1,70, se seu estoque for avaliado pelo método Preço Médio Ponderado, conhecido por Custo Médio.

70. Marque a opção que indica a correta escrituração do seguinte fato contábil: "recebimento de cheque, pela tesouraria, correspondente a uma duplicata emitida por ocasião de uma venda realizada a prazo".

- A) Debitar a conta BANCOS e creditar a conta DUPLICATAS A RECEBER.
- B) Debitar a conta BANCOS e creditar a conta CAIXA.
- C) Debitar a conta CAIXA e creditar a conta CLIENTES.
- D) Debitar a conta CAIXA e creditar a conta VENDAS A PRAZO.

CONTABILIDADE PÚBLICA

71. O saldo disponível em conta bancária, nos termos da Lei nº 4.320/64, deve ser apresentado

- A) pelo Balanço Financeiro, somente.
- B) por todos os balanços previstos na Lei nº 4.320/64.
- C) pelo Balanço Patrimonial, somente.
- D) pelos Balanços Financeiro e Patrimonial.

72. Considerando as normas da Lei nº 4.320/64 na apuração do resultado orçamentário, a contabilidade pública utiliza o regime de

- A) competência para as despesas e o misto para as receitas.
- B) caixa para as receitas e o de competência para as despesas.
- C) caixa tanto para as receitas como para as despesas.
- D) competência tanto para as receitas como para as despesas.

73. A dívida fluante, nos termos da Lei nº 4.320/64, **NÃO** compreende os

- A) saldos a pagar de operação de crédito.
- B) débitos de tesouraria.
- C) depósitos e os restos a pagar.
- D) serviços da dívida a pagar.

74. A técnica contábil, regulamentada pela NBC T.16.6, que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público é denominada

- A) demonstração contábil.
- B) análise de balanços.
- C) auditoria governamental.
- D) controle interno.

75. Segundo a NBC T 16.8, o controle interno é classificado em

- A) contábil, financeiro e patrimonial.
- B) operacional, patrimonial e de gestão fiscal.
- C) contábil, financeiro e de gestão fiscal.
- D) operacional, contábil e normativo.

76. A despesa orçamentária que, no momento do reconhecimento do crédito, reduz a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo-se num fato contábil modificativo diminutivo é a despesa orçamentária

- A) por mutação patrimonial.
- B) corrente.
- C) efetiva.
- D) não efetiva.

77. As variações patrimoniais são transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. Assim, todas as alterações ocorridas no patrimônio são denominadas Variações Patrimoniais e podem ser classificadas em

- A) quantitativas ou qualitativas.
- B) econômicas ou financeiras.
- C) gerais ou específicas.
- D) orçamentárias ou não orçamentárias.

78. O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total

- A) das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.
- B) das contas integrais do ativo e o valor total das contas diferenciais do passivo.
- C) das receitas realizadas orçamentariamente e o valor total das despesas realizadas orçamentariamente.
- D) das receitas orçamentárias e extraorçamentárias e o valor total das despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

79. O superávit orçamentário é obtido pela diferença positiva entre o total

- A) das receitas orçamentárias previstas e o total das receitas orçamentárias arrecadadas.
- B) das receitas orçamentárias arrecadadas e o total das despesas orçamentárias realizadas.
- C) do excesso de arrecadação e o total das economias orçamentárias.
- D) do excesso de arrecadação e o total dos créditos adicionais abertos no período.

80. O Balanço Orçamentário, em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar as receitas por

- A) rubrica e as despesas por função de governo.
- B) alínea e as despesas por programa.
- C) fonte (espécie) e as despesas por grupo de natureza.
- D) origem e as despesas por modalidade de aplicação.

FINANÇAS PÚBLICAS

81. Ao elaborar a programação de gastos e receitas contidas em seu orçamento, o Governo Federal procura alcançar três objetivos. Assinale a opção que **NAO** constitui objetivo da política orçamentária, segundo a Teoria das Finanças Públicas.

- A) Promover ajustes na distribuição de renda.
- B) Manter a estabilização econômica.
- C) Manter a estabilização da dívida ativa.
- D) Promover ajustes na alocação de recursos.

82. A partilha dos tributos pelos diversos entes federativos, de forma a assegurar-lhes meios para atendimento de seus fins é denominada

- A) administração tributária.
- B) federalismo fiscal.
- C) pacto federativo.
- D) competência tributária.

83. Diz a Constituição Federal: "Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este

- A) obrigatório tanto para o setor público como para o setor privado".
- B) determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".
- C) facultativo para o setor público, se for delegado ao setor privado".
- D) indicativo para o setor público, se for facultativo para o setor privado".

84. Em caso de pagamento de dívida pública, a amortização do principal deve ser classificada como despesas

- A) de capital e os juros como despesas correntes.
- B) correntes e os juros como despesas de capital.
- C) correntes e os juros também como despesas correntes.
- D) de capital e os juros também como despesas de capital.

85. O orçamento cuja técnica de elaboração exige a utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados é denominado orçamento

- A) de base zero.
- B) tradicional.
- C) de desempenho.
- D) programa.

86. Segundo a Constituição Federal, a lei orçamentária anual poderá conter autorização para

- A) realização de empréstimos bancários a título de antecipação de receita orçamentária.
- B) abertura de créditos adicionais especiais por anulação de dotações orçamentárias.
- C) abertura de créditos suplementares com base no excesso de arrecadação do exercício anterior.
- D) contratação de operação de crédito, desde que não seja por antecipação de receita.

87. A primeira etapa do ciclo orçamentário brasileiro é finalizada por meio de ato

- A) praticado pelo Chefe do Poder Legislativo, com anuência do Executivo.
- B) privativo do Chefe do Poder Executivo.
- C) privativo do Chefe do Poder Legislativo.
- D) praticado pelo Chefe do Poder Executivo, com anuência do Legislativo.

88. A Lei Federal nº 4.320/64 previu dois sistemas de controle da execução orçamentária. A Constituição de 1988 manteve essa concepção e deu-lhe um sentido ainda mais amplo. Segundo o texto constitucional vigente,

- A) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial será exercida privativamente pelo Tribunal de Contas.
- B) o exercício do controle interno compete ao Poder Legislativo e o externo ao Tribunal de Contas.
- C) cada Poder terá seu próprio sistema de controle interno, auxiliado pelo Tribunal de Contas respectivo.
- D) o exercício do controle externo compete ao Poder Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas respectivo.

89. A Constituição Brasileira de 1967, em seu artigo 66, rezava que “o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período”. Contudo, o referido artigo foi retirado do texto constitucional, por meio da Emenda nº 1/69. Tal enunciado traduz o princípio orçamentário, reintroduzido em nosso ordenamento jurídico pela Lei de Responsabilidade Fiscal, denominado

- A) transparência fiscal.
- B) gestão fiscal responsável.
- C) equilíbrio orçamentário.
- D) não afetação das receitas.

90. Acerca dos diversos conceitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- A) Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- B) Concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- C) Dívida pública flutuante corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- D) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos estados e dos municípios.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

91. No que tange às funções econômicas do Estado, são feitas as seguintes afirmações:

- I. A função alocativa busca manter a estabilidade econômica.
- II. A função estabilizadora promove ajustamentos na alocação de recursos.
- III. A função distributiva promove ajustamentos na distribuição de renda.

É correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II.

92. O Estado precisa planejar suas ações. Este planejamento assume a forma de um conjunto de decisões antecipadas que devem possibilitar escolher quais investimentos são prioritários e para quem. Considere as seguintes afirmações a respeito do Estado:

- I. O Estado é uma nação politicamente organizada por leis próprias.
- II. Para realizar suas ações, o Estado usa recursos da sociedade, dos quais se apropria, das mais variadas maneiras; como exemplo, pode-se citar: tributos, aluguéis, renda de serviços e empréstimos.
- III. O controle das variáveis oferta, demanda e preço é atribuído ao Estado.

Está correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) I, II e III.
- C) I e II apenas.
- D) II e III apenas.

93. No que diz respeito aos sistemas de governo, atente para as seguintes afirmações:

- I. Monarquia é um sistema de governo em que o monarca, imperador ou rei, governa um país como chefe de Estado, sendo o governo vitalício, ou seja, até morrer ou abdicar.
- II. O parlamentarismo é um sistema de governo no qual o presidente é o chefe de Estado e de Governo. Este presidente é o responsável pela escolha dos ministros que o auxiliam no governo.
- III. O presidencialismo é um sistema de governo em que o Poder Legislativo proporciona a sustentação política para o Poder Executivo.

É correto o que se afirma apenas em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) III.

94. Em relação às esferas de governo, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Na esfera federal, têm-se as assembleias legislativas.
- II. Na esfera municipal, têm-se as câmaras de vereadores.
- III. Na esfera federal, tem-se a casa da moeda.

É correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I e III apenas.

95. A administração pública tem assumido, ao longo dos anos, diferentes modelos, como: patrimonialista, burocrático e gerencial. Sobre esses modelos, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O modelo patrimonialista é caracterizado como uma forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- () É no modelo gerencial que surge a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- () No modelo patrimonialista, o aparelho do Estado é extensão do poder soberano.
- () No modelo burocrático, pode-se destacar a hierarquia funcional e a impessoalidade, dentre outras características.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, V, V.

96. É função da Administração Pública Gerencial

- A) aumentar a burocracia nos serviços públicos.
- B) aumentar a qualidade dos serviços públicos.
- C) combater o nepotismo patrimonialista.
- D) estabelecer a impessoalidade nas atividades da administração pública.

97. A emenda à Constituição Estadual, nº 75, de 20 de dezembro de 2012, estabelece que os poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Com relação a sistema de controle interno, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

- () O sistema de controle interno realiza apenas o acompanhamento da execução da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais.
- () O sistema de controle interno comprova a publicidade dos resultados avaliados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- () O controle interno poderá ser exercido de forma centralizada, sob a coordenação do controle externo de cada Poder.
- () Os responsáveis pelo sistema de controle interno de cada Poder, ao tomar conhecimento de irregularidades, dará ciência ao controle externo de cada Poder.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) F, F, F, F.
- B) V, V, V, V.
- C) F, F, V, F.
- D) V, F, F, V.

98. É função da Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012, definir

- A) o modelo de gestão do Poder Executivo, com alterações na estrutura administrativa estadual, bem como definir a extinção e a criação de cargos de direção.
- B) regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios.
- C) a organização do controle interno, na esfera estadual.
- D) regras específicas para a implementação da Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação.

99. Correlacione os itens da coluna I aos listados na coluna II, numerando corretamente a coluna II de acordo com a I.

COLUNA I		COLUNA II
1. Conselhos	()	Sua finalidade é regular e/ou fiscalizar a atividade de determinado setor da economia de um país.
2. Organizações Sociais	()	É um conjunto de relações entre membros de um grupo, entre grupos ou entre pessoas e grupos.
3. Organização Social de Interesse Público (OSCIP)	()	É a participação popular na gestão pública.
4. Agência Reguladora	()	São instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 4, 3, 2, 1.
- C) 2, 3, 1, 4.
- D) 4, 2, 1, 3.

100. Com relação à “excelência nos serviços públicos” é correto afirmar-se que

- A) relaciona-se com a obrigatoriedade da participação dos cidadãos nas decisões em todos os setores da administração pública.
- B) busca garantir um atendimento pessoal para todos os cidadãos.
- C) este termo está relacionado à qualidade na prestação de serviços à população.
- D) existe uma dificuldade na criação de programas que buscam a evolução da qualidade na administração pública.